

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1001296-35.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **Marcela Portes de Castro**
Requerido: **United Airlines Inc**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter efetuado viagem com destino aos Estados Unidos da América e na volta ocorreram diversos problemas que detalhou decorrentes de falhas imputadas à ré.

Alegou ainda que quando do desembarque houve o extravio de uma de suas malas, entregue alguns dias depois e avariada.

Almeja ao ressarcimento dos danos materiais e morais que suportou.

Já a ré em contestação assinalou que o atraso no voo da autora aconteceu pela inesperada necessidade de manutenção da aeronave, que deu a ela toda a assistência, que não incorreu em nenhum tipo de falha e que, mesmo que se reconhecesse que sua bagagem teria sido danificada, não teria responsabilidade alguma por isso, o que tocaria a terceiro.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

O primeiro aspecto que demanda enfrentamento nos autos concerne a definir qual a legislação de regência da hipótese sob exame.

Preservado o respeito que tributo aos que perfilham entendimento diverso, reputo que situações como a dos autos não são disciplinadas por convenções internacionais.

Diversas são as manifestações do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo nesse sentido:

*"...A companhia aérea que presta o serviço de transporte aéreo internacional de passageiros responde objetivamente pelos danos causados e, a partir do advento da CF/88, não mais se aplicam os limites de indenização previstos e Convenções Internacionais, como a Convenção de Montreal precedida pela Convenção de Varsóvia" (Ap. 9136159-79.2009.8.26.000, Rel. Des. **REBELLO PINHO**, j. 6.6.2011).*

*"Indenizatória por danos materiais e morais - Transporte aéreo - Extravio de bagagem - Descumprimento contratual - Inaplicabilidade da Convenção de Varsóvia - Indenização tarifada afastada..." (Ap. 9197227-64.2008.8.26.0000, Rel. Des. **LÍGIA ARAÚJO BISOGNI**, j. 27.4.2011).*

Ademais, é certo que a espécie vertente atina a relação de consumo e que se aplica a ela a regra do art. 6º, inc. VIII, do CDC, diante da verossimilhança das alegações da autora, na esteira de pacífica jurisprudência sobre o assunto (STJ-RT 803/177; TJSP, 8ª Câ., Ap. 7.407.652-7, rel. Des. **CARLOS ALBERTO LOPES**; TJSP, 19ª Câ. Ap. 0052034-86.2009.8.26.0114, rel. Des. **SEBASTIÃO ALVES JUNQUEIRA**).

Assentadas essas premissas, transparece inegável que o serviço prestado pela ré o foi de forma inadequada.

Não há dados concretos que atestem que o atraso no embarque de regresso da autora tenha sido motivado pela inesperada necessidade de manutenção da aeronave, mas ainda que assim se considere a petição inicial elencou uma série de fatores que cristalizariam o mau atendimento da ré.

Nesse sentido, destacam-se:

a) a demora por mais de quatro horas até que o cancelamento do voo fosse confirmado;

b) a necessidade da autora ter permanecido a maior parte desse espaço de tempo no interior da aeronave, sem o fornecimento de refeição ou sequer água, o que teve maior repercussão porque as lanchonetes do aeroporto já estavam fechadas;

c) a falta de número suficiente de funcionários que pudessem atender de forma mais rápida os passageiros, demandando maior espera para tanto;



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

d) a circunstâncias de alguns funcionários zombarem dos passageiros porque não tinham o domínio do idioma inglês;

e) a dificuldade em implementar o transporte do aeroporto até o hotel, porquanto a ré tinha convênio com uma única empresa de táxi;

f) a adição de nova conexão na viagem de volta da autora;

g) a demora que fez com que a autora chegasse ao seu destino somente no dia seguinte ao programado.

Por outro lado, é importante notar que a ré na peça de resistência não refutou específica e concretamente nenhum desses aspectos, limitando-se a genericamente salientar que o cancelamento do voo se deu por motivo de caso fortuito e que prestou a devida assistência à autora.

Nenhum dos fatos, porém, foi abordado e muito menos negado pela ré.

Como se não bastasse, o depoimento da testemunha Yeda Maria Pereira Cavalcanti (que faria o mesmo voo, mas sequer conhecia a autora até então) converge para idêntica direção, tendo ela confirmado que o episódio se passou nos termos até aqui declinados pela autora.

Já a propósito do extravio de uma bagagem da autora, ela não estava obrigada a fazer qualquer espécie de protesto a condicionar a propositura da presente ação.

As fotografias de fls. 34/47 afiguram-se-me suficientes para levar à convicção de que a mala foi entregue à autora já avariada, inexistindo sequer indício que levasse à ideia de que a mesma tivesse forjado tal situação.

Não favorece a ré, por fim, invocar o fato de terceiro, já que a autora firmou relação jurídica com ela e não com outrem.

Poderá quando muito a ré ajuizar ação de regresso contra quem tome como de direito para reaver importância que porventura pague a esse título.

A lista dos itens retirados (fl. 06, quinto parágrafo), a seu turno, não foi objeto de impugnação consistente por parte da ré, além de não se entrever por seu intermédio o desejo da autora em locupletar-se a partir de sua elaboração.

Nem se diga que deveria a autora previamente definir o conteúdo da bagagem, revelando a experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95) que tal prática é no mínimo insólita, motivo pelo qual seria muito mais razoável que a iniciativa fosse tomada pela ré.

Se ela não o fez, não é razoável que agora seja beneficiada por sua inércia.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

É certo que o valor dos bens versados possui amparo a defini-lo nos documentos de fls. 48/70 e até mesmo por sua expressão se descarta a perspectiva da autora buscar auferir vantagem indevida em detrimento da ré quando formulou tal postulação.

Acolhe-se, pois, o pedido no particular.

Quanto aos danos morais, tenho-os por caracterizados.

A simples leitura da petição inicial e do depoimento da testemunha Yeda Maria Pereira Cavalcanti tornam indiscutível o enorme desgaste a que foi exposta a autora.

Todos os itens anteriormente especificados (itens a a g) dispensam maiores digressões para firmar a certeza do severo abalo sofrido pela autora, não tendo a ré ao menos no caso em exame dado a ela o tratamento que seria exigível.

Qualquer pessoa mediana que estivesse em seu lugar experimentaria igual frustração, a qual superou em larga medida o mero dissabor da vida cotidiana e ultrapassou o simples descumprimento contratual.

Estando configurados os danos morais, o valor da indenização será fixado de acordo com os critérios usualmente empregados em condições afins.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida à autora em R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para condenar a ré a pagar à autora as quantias de R\$ 1.414,29, acrescida de correção monetária, a partir do evento danoso (03 de dezembro de 2015), e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 9.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 25 de agosto de 2017.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**